

II Reunião de Monitoramento dos Projetos e Ações Estratégicas para o Desenvolvimento do RS

The logo features the word "GOV" in green, stacked vertically next to the letters "RS" in red and yellow.

NOVAS FAÇANHAS

NA GOVERNANÇA E
GESTÃO ESTRATÉGICA

INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Eixo 1

Monitoramento da Extensão da Pista do Aeroporto Int. Salgado Filho

DESCRIÇÃO

Atuação da PGE em Ação Civil Pública ajuizada envolvendo a realocação de famílias, necessária para viabilização das obras de extensão da pista do Aeroporto Internacional Salgado Filho. O trabalho da PGE tem como objetivo garantir, juridicamente, no âmbito de suas atribuições, a continuidade das obras, possibilitando que o cronograma estabelecido seja cumprido.

IMPACTOS

- A ampliação da pista trará maior segurança aos voos que já são realizados no aeroporto e viabilizará a operação de pousos e de decolagens de aeronaves maiores ou com maior capacidade de carga.
- A ampliação da pista, além de baratear o custo dos produtos exportados, é fundamental para atrair maior quantidade de voos internacionais de longo curso e, assim, potencializar as exportações, o que atrai investimento e alavanca a economia do Estado.

SITUAÇÃO/PROBLEMA

- Ação Civil Pública ajuizada e liminar deferida parcialmente determinando uma série de providências e a suspensão de qualquer contratação ou remoção/realocação de famílias para as novas unidades dos empreendimentos Nosso Senhor do Bom Fim e Irmãos Maristas, o que inviabilizava a continuidade das obras de ampliação da pista.

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO

- Ingresso do Estado na Ação Civil Pública.
- Atuação jurídica efetiva e eficiente para buscar a revogação da liminar deferida e posterior julgamento de improcedência da ação ajuizada, o que viabilizaria a manutenção das ações necessárias à ampliação da pista do Aeroporto Internacional Salgado Filho.

PROPOSTA DE AÇÃO

- Ingresso do Estado na ACP ajuizada, por meio de intervenção anômala ou de *amicus curiae*. Tal medida foi deferida pelo judiciário e viabilizou a atuação efetiva da Procuradoria-Geral do Estado no processo, o que acarretou, em 14/08, a revogação da liminar deferida.

RS PARCERIAS

DESCRIÇÃO

Devido às restrições orçamentárias, o Estado optou por um modelo que amplia e fortalece a interação entre o setor público e a iniciativa privada na busca pelos investimentos necessários aos gaúchos.

O RS PARCERIAS é um programa que pretende identificar, analisar, estruturar e avaliar projetos de Parcerias visando o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul através de investimentos privados para a melhoria dos serviços públicos.

IMPACTOS

- Diversificação dos modais de transporte
- Diminuição dos custos logísticos da economia gaúcha
- Melhoria dos níveis de serviço da infraestrutura pública
- Qualificação dos ativos públicos
- Qualificação dos serviços prestados ao cidadão
- Aumento da competitividade do Estado
- Geração de empregos e renda

SITUAÇÃO/PROBLEMA



- Limitação orçamentária
- Planejamento e seleção de projetos sem critérios técnicos
- Gestão ineficiente
- Manutenção inadequada
- Infraestrutura deficiente

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO



- Elevar o financiamento disponível.
- Analisar a viabilidade dos projetos (Público + Privado).
- Diminuir das amarras burocráticas inerentes ao setor público.
- Premiar diretamente o bom desempenho na manutenção (avaliação por indicadores).

PROPOSTA DE AÇÃO



- Cooperação voluntária entre o setor público e o privado com a finalidade de alcançar objetivos comuns.
- Identificação do melhor projeto (Interesse Público + Value for Money).
- Transferência, via contrato, da Gestão e Manutenção para o privado com avaliação de desempenho.

RS PARCERIAS

PROJETOS

EM ANDAMENTO:

Concessão RSC-287

Concessão ERS-324

Concessão Zoológico de Sapucaia do Sul

Concessão Estação Rodoviária de Porto Alegre

PPP da CORSAN

EM ESTUDO:

Concessão Rodovias EGR

PPP em Sistema Prisional

Concessão Aeroportos Regionais

Concessão de Hidrovias

Concessão da dragagem e manutenção do canal de acesso ao Porto de Rio Grande

Concessão de Parques e Unidades de conservação

IMPACTOS

- Rodovias: R\$ 3,4 bilhões

Melhoria na Segurança Viária e Redução de Acidentes;
Ampliação a oferta de Infraestrutura Rodoviária (Duplicação);
Melhoria nos Níveis de Serviço e a Fluidez.

- Estação Rodoviária de Porto Alegre: R\$ 76 milhões

Modernização arquitetônica com a finalidade de melhorar o conforto e a segurança dos usuários;

- Parque Zoológico de Sapucaia do Sul: R\$ 59 milhões

Transformação do Zoo em um complexo de entretenimento e lazer acessível para a população.
Integração do ser humano com os animais, gerando consciência da preservação do meio ambiente.

- PPP CORSAN: R\$ 1,85 bilhão

Universalização do saneamento básico (87,3%) em até 11 anos.

TOTAL : 6,6 bilhões (investimento privado)

RESTRUTURAÇÃO DE PORTOS E HIDROVIAS

Concessões Hidroviárias e Custo Operacional do Porto de Rio Grande

DESCRIÇÃO

Modernizar a gestão hidroportuária do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da reestruturação do Modelo de Gestão, viabilização da dragagem do Canal de Acesso ao Complexo portuário do Porto do Rio Grande e Hidrovias interiores, implantação do sistema VTMS e a integração das Políticas de desenvolvimento e de logística do Estado, aproximando os Distritos Industriais do complexo hidroportuário - Porto Indústria.

IMPACTOS

- I. Ganho de eficiência e qualificação da gestão e da utilização dos recursos
- II. Aumento na competitividade do Complexo Hidroportuário Gaúcho
- III. Incremento no resultado líquido da SUPRG
- IV. Aprimoramento técnico e melhoria na infraestrutura logística do Estado
- V. Reposicionamento do Complexo Hidroportuário na matriz logística do Cone Sul
- VI. Potencializar o uso das hidrovias na movimentação de cargas

SITUAÇÃO/PROBLEMA



- Falta de investimento
- Custo Elevado;
- Falta de atratividade para novos *players*
- Subutilização do potencial hidroviário;
- Carência de terminais intermodais;

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO



- Transformação da Autarquia em Empresa Pública - Autonomia Administrativa, Financeira, Técnica e Patrimonial
- Fomentar novos terminais (Players)
- Concessão Canal de Acesso e hidrovias (PPP)
- Melhoramento dos acessos
- VTMS

PROPOSTA DE AÇÃO



- Encaminhar PL transformação empresa pública
- Agregar esforços SELT,SEMA,SEDETUR e SUPRG desenvolver política de fomento
- Estudo concessão hidrovias BNDES
- Duplicação BR116
- Desenvolvimento VTMS - maior segurança a navegação, menor custo com seguros, viabiliza mais rotas de navegação

MONITORAMENTO DAS CONCESSÕES FERROVIÁRIAS

DESCRIÇÃO

Fortalecer o transporte ferroviário de cargas no RS através da melhoria na eficiência nos Terminais e Porto, possibilitando o aumento do atendimento ferroviário.

IMPACTOS

- Melhoria da operação ferroviária.
- Fomento do transporte ferroviário de cargas.
- Intermodalidade

SITUAÇÃO/PROBLEMA



- Baixa capacidade de carregamento nos Terminais de Transbordo.
- Limitação de descarga no Porto.
- Vagões com descarga demorada.

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO



- Concentrar cargas.
- Aumentar janela de descarga no Porto.
- Substituir frota de vagões.

PROPOSTA DE AÇÃO



- Implantar polos concentradores de carga.
- Agendar reunião com a Superintendência do Porto.
- Frota de vagões substituída.

OBRAS RODOVIÁRIAS FEDERAIS NO RS

DESCRIÇÃO

Implementar a política de infraestrutura de transportes terrestre e aquaviário, contribuindo para o desenvolvimento sustentável no País.

Empreendimentos em andamento no RS:

- Construção da 2ª Ponte do Guaíba na BR-116/290/RS
- Duplicação da BR-116/RS (Guaíba - Pelotas)
- Duplicação da BR-290 (Eldorado do Sul - Pantano Grande)
- Implantação da BR-285/RS (Divisa SC/RS - São José dos Ausentes)

IMPACTOS

- Ampliar e qualificar a infraestrutura rodoviária federal no Estado do Rio Grande do Sul visando o seu desenvolvimento econômico.
- Aumentar a segurança dos usuários nas rodovias federais.
- Promover e planejar a intermodalidade nos modais de transportes.

SITUAÇÃO/PROBLEMA

- Está programado em 2019 investimento em rodovias federais pelo Governo Federal, através do DNIT, o montante de R\$ 820 milhões, para 4.800 km.
- As principais dificuldades estão relacionadas à restrições orçamentárias, deficiência de servidores e obtenção de licenciamento ambiental.

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO

- Ampliar montante de recursos disponibilizados para investimentos em empreendimentos (obras e projetos) em andamento no DNIT.
- Fortalecimento da equipe de profissionais em atuação no DNIT para evitar colapso nos serviços prestados.
- Alinhamento institucional entre os diversos entes visando a promoção do desenvolvimento econômico do RS e do País.

PROPOSTA DE AÇÃO

- Articulação junto a Bancada Gaúcha visando o aporte de recursos através de Emendas no PLOA2020.
- Reuniões periódicas juntos aos diversos entes envolvidos visando acordo e alinhamento estratégico.

CONSTRUÇÃO DA 2ª PONTE DO GUAÍBA

DESCRIÇÃO

Elaboração dos Projetos Básico e Executivo de Engenharia e Execução das Obras de Construção de uma 2ª Ponte sobre o Rio Guaíba e Acessos, na BR-116/290/RS.

Extensão: **2,9 km (ponte) e 9,4 km de acessos**

Valor total do empreendimento: **R\$ 1,0 Bilhão** (inclusive reassentamento de 1.176 famílias)

Executado: **85%**

Previsão de Conclusão: **parcialmente em ABR/2020 e total em 2021 (a depender da disponibilidade de recursos)**

IMPACTOS

- Desenvolvimento econômico do Estado através da consolidação do comércio com o Mercosul, interligação da Região Metropolitana de Porto Alegre com a metade sul do Estado, conexão com o Super Porto de Rio Grande e eliminação do gargalo operacional do Vão Móvel da Ponte do Guaíba.
- Adequação da capacidade de transporte rodoviário no trecho da 2ª Ponte à demanda futura.
- Aumento na segurança dos usuários nas rodovias federais.

SITUAÇÃO/PROBLEMA



- Programado o investimento de R\$ 150 milhões na obra em 2019.
- Previsão de R\$ 80 milhões para 2020 é insuficiente para conclusão total das obras.
- Gargalo no processo de reassentamento das famílias através do Programa de Compra Assistida.

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO



- Ampliar montante de recursos disponibilizados para investimento no empreendimento. Necessidade de suplementação de R\$ 200 milhões para conclusão em 2020.
- Manutenção dos esforços da Justiça Federal, AGU e DNIT para a efetivação do Programa de Reassentamento.

PROPOSTA DE AÇÃO



- Articulação junto a Bancada Gaúcha visando o aporte de recursos através de Emendas no PLOA2020.
- Reuniões periódicas juntos aos diversos entes visando acordo e alinhamento estratégico.

CONSTRUÇÃO DA 2ª PONTE DO GUAÍBA



DUPLICAÇÃO DA BR-116/RS

DESCRIÇÃO

Execução das obras de Melhorias da Capacidade, incluindo Duplicação, na rodovia BR-116/RS.

Extensão: **211,24 km**

Valor total do empreendimento: **R\$ 1,8 Bilhão** (inclusive desapropriação, construção de Pte sobre o Rio Camaquã e Viaduto Pompéia)

Executado: **65%**

Previsão de Conclusão: **AGO/2019 - 47 km já duplicado e liberado ao tráfego**

Previsão para DEZ/2019 - 22 km

Previsão para 2020 - 50 km

IMPACTOS

- Desenvolvimento econômico do Estado através da consolidação do comércio com o Mercosul, interligação da Região Metropolitana de Porto Alegre com a metade sul do Estado, conexão com o Super Porto de Rio Grande.
- Adequação da capacidade de transporte rodoviário no trecho da BR-116/RS à demanda futura.
- Aumento na segurança dos usuários nas rodovias federais.

SITUAÇÃO/PROBLEMA



- Programado o investimento de R\$ 200 milhões na obra em 2019.
- A previsão de R\$ 100 milhões na PLOA 2020 é insuficiente para conclusão total das obras.
- Gargalos em função da capacidade produtiva das empresas contratadas.

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO



- Ampliar montante de recursos disponibilizados para investimento no empreendimento. Necessidade de suplementação de R\$ 100 milhões para 2020 e continuidade das obras.

PROPOSTA DE AÇÃO



- Articulação junto a Bancada Gaúcha visando o aporte de recursos através de Emendas no PLOA2020.

DUPLICAÇÃO DA BR-116/RS



DUPLICAÇÃO DA BR-290/RS

DESCRIÇÃO

Elaboração dos Projetos Básico e Executivo e Execução das Obras de Melhoria de Capacidade, incluindo a duplicação da BR-290/RS.

Extensão: **115,7 km**

Valor total do empreendimento: **R\$ 780 Milhões**

Executado: **11,7%**

Previsão de Conclusão: **2022 (a depender da disponibilidade de recursos)**

IMPACTOS

- Desenvolvimento econômico do Estado através da consolidação do comércio com o Mercosul, interligação da Região Metropolitana de Porto Alegre com a fronteira Oeste do Estado.
- Adequação da capacidade de transporte rodoviário no trecho da BR-290 à demanda futura.
- Aumento na segurança dos usuários nas rodovias federais.

SITUAÇÃO/PROBLEMA

- Programado o investimento de R\$ 30 milhões na obra em 2019.
- Obra em andamento nos Lotes 1 e 4.
- Obra paralisada nos Lotes 2 e 3 por falta de recursos.
- Sem previsão de recursos na PLOA 2020 - **paralisação total da obra**

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO

- Ampliar montante de recursos disponibilizados para investimento no empreendimento.
- Necessidade de suplementação de R\$ 200 milhões para continuidade dos lote 1 e 4 e reinício dos lotes 2 e 3.

PROPOSTA DE AÇÃO

- Articulação junto a Bancada Gaúcha visando o aporte de recursos através de Emendas no PLOA2020.

DUPLICAÇÃO DA BR-290/RS



Perímetro urbano de Pantano Grande



Perímetro urbano de Pantano Grande



Perímetro urbano de Pantano Grande



Interseção com a RS-401 -
Charqueadas



Interseção com a RS-401 -
Charqueadas



Interseção com a RS-401 -
Charqueadas

IMPLANTAÇÃO DA BR-285/RS

DESCRIÇÃO

Contratação de empresa para a Elaboração de Projeto Básico e Executivo de Engenharia e Execução da Adequação de Trecho Rodoviário - São José dos Ausentes - Divisa RS/SC - na BR-285/RS No Estado do Rio Grande do Sul.

Extensão: **8,4 km**

Valor total do empreendimento: **orçamento sigiloso (RDCi)**

Executado: **0%**

Previsão de início: **2020**

Previsão de Conclusão: **2022 (a depender da disponibilidade de recursos)**

Situação: **licitação será lançada no DNIT/Sede (BSB)**

IMPACTOS

- Desenvolvimento econômico do Estado através da consolidação do comércio com o Mercosul, interligação do Rio Grande do Sul com demais Estados.
- Viabilização de nova rota de ligação de transporte rodoviário no trecho da BR-285.
- Desenvolvimento turístico local e regional.
- Aumento na segurança dos usuários nas rodovias federais.

SITUAÇÃO/PROBLEMA



- Licitação das obras em tramitação, com previsão de lançamento ainda em 2019.
- Emenda da Bancada em 2019 no valor de R\$ 8,1 milhões deverá viabilizar a contratação.
- Sem previsão de recursos na PLOA2020 - **paralisação total da obra**

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO



- Necessidade de recurso em 2020 para viabilizar a elaboração dos projetos e execução da obra. Necessidade mínima de R\$ 30 milhões.

PROPOSTA DE AÇÃO



- Articulação junto a Bancada Gaúcha visando o aporte de recursos através de Emendas no PLOA2020.

INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

DESCRIÇÃO

Ampliação da Rede de Gás Natural e diminuição do Custo do Produto

IMPACTOS

- Ampliação da infraestrutura de distribuição de gás no Estado
- Incremento do volume de gás distribuído
- Aumento do número de clientes atendidos
- Atração de novos investimentos
- Desenvolvimento Regional

SITUAÇÃO/PROBLEMA



- Demandas energéticas ainda não atendidas por rede de gás canalizada.
- Infraestrutura de transporte que atende o Estado com capacidade limitada

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO



- Expansão da infraestrutura de distribuição na Região Metropolitana de Porto Alegre, Serra Gaúcha, Centro e Sul do Estado.
- Diversificação das fontes de suprimento

PROPOSTA DE AÇÃO



- Expansão da infraestrutura atual de distribuição
- Desenvolvimento de Projetos Estruturantes
- Chamadas Públicas para aquisição de gás – Gás Natural e Biometano

CÓDIGO AMBIENTAL

DESCRIÇÃO

Alterar o Código Ambiental Estadual, buscando corrigir e/ou diminuir os efeitos de atividades degradadoras ou poluidoras e atuar sobre áreas/temas que o atual Código não contempla, visando ao bem-estar e qualidade de vida da população.

IMPACTOS

Compreende a atualização e inclusão de termos e conceitos importantes da área, alinhando-se às legislações federais vigentes, buscando identificar claramente os atores proponentes e priorizando a síntese e objetividade para tomada de decisões, com eliminação de artigos que repetem outras legislação ou que não tenham função efetiva.

Adicionalmente, define os fluxos e a criação de instrumentos para desburocratização e atualiza prazos de vigência de licenças e de procedimentos de análise buscando a uniformização, sendo objetivo e coerente no que poderá ser exigido pelos gestores.

Finalmente, provê segurança para equipe técnica junto a eventuais problemas jurídicos, com a elaboração de critérios claros para revisões ou considerações junto aos atos técnicos do processo licenciatório (recomendações do MP).

SITUAÇÃO/PROBLEMA



- Licenciamento Ambiental

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO



- Aprovação do novo código ambiental do RS

PROPOSTA DE AÇÃO



- Prever no novo código Ambiental do RS a possibilidade de Licenciamento por Adesão e compromisso.

MONITORAMENTO DO AVANÇO E EXPANSÃO DA GERAÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS (HÍDRICA, EÓLICA, SOLAR, BIOMASSA)

DESCRIÇÃO

O objetivo do eixo é estimular e incentivar a expansão de novos empreendimentos em geração de energia renovável no Rio Grande do Sul, com o intuito, principalmente, de atender a demanda interna do Estado e, posteriormente, tornar o RS um produtor e exportador de energia.

IMPACTOS

- Ampliação de geração de energia renovável;
- Fomento ao empreendedorismo;
- Geração de mais emprego e renda.

SITUAÇÃO/PROBLEMA



- Dialogar com a Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura visando rever os custos de licenciamento, criando um ambiente mais favorável a novos empreendimentos,
- Auxiliar a Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura e Fundação Estadual de Proteção Ambiental com o objetivo de tornar mais ágeis os processos de análises de licenças ambientais.
- Número de processos em análise de licenciamento de PCHs e CGHs é de aproximadamente 120, além de 2 grandes projetos de barragens binacionais (Rio Uruguai)
- Projetos de energia solar, eólica e biomassa em análise.

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO



- Criação de um Grupo de Trabalho para atuar junto às Secretarias de Estado, principalmente do Ambiente, visando uma ação mais efetiva no sentido de agilizar processos.
- O Grupo de Trabalho também visa criar um ambiente de debate entre empreendedores, investidores e órgãos públicos para buscar soluções para os entraves.

PROPOSTA DE AÇÃO



A Frente Parlamentar em Apoio às Pequenas Centrais Hidrelétricas gaúcha se unirá às frentes de Santa Catarina e do Paraná e de outros estados para ações estratégicas em conjunto;

Realizar um trabalho para um melhor entendimento da sociedade civil gaúcha com relação aos benefícios e eventuais impactos ambientais das energias renováveis.

DESBUROCRATIZAÇÃO

Eixo 2

DESCOMPLICA RS

DESCRIÇÃO

O projeto Descomplica RS tem sua implementação coordenada pelo Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo (CEDE), vinculado à Secretaria de Governança e Gestão Estratégica e é composto por sete representantes do Governo e sete da sociedade civil.

É dividido em três frentes de trabalho: Governança, RedeSimples e Revisão Legal.

IMPACTOS

- Facilitar a vida de quem quer empreender
- Gerar emprego e desenvolvimento
- Apresentar serviços mais ágeis à população
- Promover ações que buscam minimizar a burocracia da máquina pública

SITUAÇÃO/PROBLEMA

- Atender a um dos objetivos do Mapa Estratégico do Governo: Modernizar e desburocratizar os processos
- Excesso de normatização a criar entraves para pessoas físicas/jurídicas
- Possível inobservância de procedimentos burocráticos diante da legislação vigente
- Legislação desnecessária
- Empecilhos que desestimulam FAZER negócios

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO

- Tornar o Estado mais simples e ágil por meio da simplificação dos serviços ao cidadão, ao empreendedor e ao próprio Estado
- Fomentar melhorias no ambiente de negócios e com isso, melhorar a capacidade competitiva e a produtividade do Estado, tornando-o mais atrativo para empreender
- Aproximar e promover escuta ativa ao cidadão para questionamentos sobre a necessidade de cada normativa

PROPOSTA DE AÇÃO

- Criação do Portal Descomplica RS, canal para o cidadão sugerir melhorias e simplificações nos serviços prestados pelo Estado
- Revisão da legislação atual com a revogação de normas obsoletas
- Adesão de 100% dos municípios e integração dos órgãos estaduais à RedeSimples
- Melhoria dos processos internos para facilitar o empreendedorismo

INFORMATIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO NO CBMRS

DESCRIÇÃO

A partir do ano de 2013, o Estado do RS sofreu uma profunda alteração na área da segurança contra incêndio, com o advento de sua **nova legislação**. Significativos avanços foram realizados pelo CBMRS, destacadamente, a edição de **novas Resoluções Técnicas**, as quais tornaram o processo de licenciamento de edificações mais claro e transparente, com o objetivo de **oferecer ao empreendedor um serviço célere e eficiente**. Além do aperfeiçoamento normativo, foram criados os processos eletrônicos de emissão de licenças para os pequenos estabelecimentos (até 750 m², com baixo risco de incêndio), porém em um **software que já não atende às necessidades do Estado** e cuja empresa desenvolvedora possui **contrato apenas até 1º de julho de 2020**.

Ressalta-se que **as empresas que possuem instalações com maior complexidade permanecem com a tramitação em meio físico**, o que acarreta maior custo ao empreendedor.

IMPACTOS

A informatização completa do licenciamento de edificações junto ao CBMRS, já em andamento através do sistema SOL-CBMRS, em desenvolvimento pela PROCERGS, terá como principal benefício a **eliminação da necessidade de deslocamento até uma unidade do CBMRS para a entrega dos Planos de Prevenção e Proteção Contra Incêndio – PPCI**, trazendo **redução de custos** ao empreendedor e **facilidade de acesso ao serviço público**. Ainda, serão agregadas novas funcionalidades de gestão dos processos realizados pelo CBMRS, o que contribuirá para o atendimento ao princípio da **eficiência**, bem como trará maior **transparência dos atos administrativos**.

Enfatiza-se que, **caso não seja realizada a substituição completa do SISBOM no primeiro semestre de 2020, haverá o retorno ao meio físico de tramitação dos licenciamentos** dos estabelecimentos que hoje já são beneficiados pela emissão eletrônica dos Alvarás de Prevenção e Proteção Contra Incêndio.

SITUAÇÃO/PROBLEMA

- **Término do contrato com a empresa W3! Informática**, desenvolvedora do *software* SISBOM, em **1º de julho de 2020**;
- **Necessidade de informatização dos Planos de Prevenção e Proteção Contra Incêndio – PPCI**, para estabelecimentos de maior complexidade;
- **Insuficiência de ferramentas de gestão** dos serviços de segurança contra incêndio.

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO

- **Substituição completa do SISBOM** pela nova aplicação SOL-CBMRS, até **1º de julho de 2020**;
- Implementação do **licenciamento eletrônico para todos os tipos de estabelecimentos** no SOL-CBMRS;
- Desenvolvimento de funcionalidades voltadas à **mensuração de resultados nos processos realizados pelo CBMRS** no SOL-CBMRS.

PROPOSTA DE AÇÃO

- Implementação da aplicação **SOL-CBMRS em três fases**:
 - 1) Lançamento do **licenciamento eletrônico para PPCI em 20 de dezembro de 2019** no SOL-CBMRS;
 - 2) **Substituição total do SISBOM até 1º de julho de 2020** pelo SOL-CBMRS;
 - 3) Implementação das **funcionalidades de gestão no SOL-CBMRS no primeiro semestre de 2021**.

RS ENERGIA

DESCRIÇÃO

Realizar estudos e projetos para os setores energético compreendendo o uso de energias alternativas. Viabilizar empreendimentos de geração, transmissão e distribuição de energia através das políticas públicas, de incentivos e de mobilização dos diversos atores estaduais necessários ao fortalecimento e diversificação da matriz energética do Estado, aliado aos potenciais eólicos, de biomassa, solarimétricos, de pequenas centrais hidrelétricas, objetivando expandir a geração e atender a crescente demanda por energia.

IMPACTOS

Estado com potencial energético diversificado e viáveis.

Quanto às Pequenas Centrais Hidrelétricas, existe em carteira 91 projetos de PCHs com viabilidade econômica e ambiental somando investimentos na ordem de R\$ 3 bilhões.

SITUAÇÃO/PROBLEMA



- Dificuldade da marcação de audiências públicas e quanto à liberação da disponibilidade hídrica para o empreendimento.
- Necessidade de elaboração de leilões regionais.
- Aprimorar a regulação do setor para dar mais rapidez ao licenciamento ambiental das PCHs.

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO



- Formar um grupo de trabalho para tratar dos gargalos quanto ao processo de licenciamento ambiental integrado por representantes da Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura, Fepam, Associação Gaúcha de Fomento às PCHs, Compech e Federação das Cooperativas de Energia, Telefonia e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul (Fecoergs).

PROPOSTA DE AÇÃO



- Realizar reuniões com Grupo de trabalho para melhor atendimento das questões referentes aos projetos de PCHs.

CERTIFICAÇÃO DE ZONA LIVRE DE FEBRE AFTOSA SEM VACINAÇÃO

DESCRIÇÃO

Conquistar o Certificado Internacional de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação emitido pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) para o Estado do Rio Grande do Sul.

IMPACTOS

- Evoluir a certificação internacional em Febre Aftosa (FA): retirada da vacina FA e aplicação de estratégias baseadas em risco a fim de mitigar a introdução da enfermidade no Estado;
- Atingir mercados para Carne suína e bovina, leite e subprodutos;
- Opções de mercado para oferta de material genético (reprodutores, embriões e sêmen).

SITUAÇÃO/PROBLEMA



- Celebrar Termo de Cooperação Técnica entre SEAPDR e forças de segurança e defesa
- Greve da PROCERGS
- Carência de Servidores

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO



- Celebração de Termo de Cooperação Técnica
- Retomada das atividades
- Abertura de Processo de Contratação de Pessoal

PROPOSTA DE AÇÃO



TERMO DE COOPERAÇÃO MUNICÍPIOS / RETRIBUIÇÃO DE VALOR

DESCRIÇÃO

Municípios que firmarem Termo de Cooperação para realizarem serviços e atividades operacionais de análise, deferimento e autenticação de escrituração contábil, necessários ao Registro Público Empresas Mercantis, receberão retribuição de valores.

IMPACTOS

- Redução do prazo para constituição/alteração/baixa de empresas
- Incremento no desenvolvimento do Estado, pela agilidade de instalação de novos empreendimentos
- Parceria estratégica para desenvolvimento do empreendedorismo regional
- Aumento do número de servidores na prestação dos serviços

SITUAÇÃO/PROBLEMA



- Impossibilidade dos municípios cobrarem preços pelos serviços realizados em meio eletrônico
- Sem um retorno financeiro, os municípios ficaram impossibilitados de manter seus custos operacionais

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO



- Criação de legislação que autorize a JUCIS a repassar parte dos seus preços, a título de retribuição de valores pelos serviços realizados pelos municípios

PROPOSTA DE AÇÃO



- Elaboração de minuta de legislação
- Análise da proposta pela SEDETUR e apresentação ao Comitê X
- Formatação de Termo de Cooperação, definindo valores, critérios e requisitos de produtividade

REGULAÇÃO COMPARTILHADA REMOTA SAMU/RS

DESCRIÇÃO

Implantação de sete bases auxiliares da Central de Regulação do SAMU/RS

IMPACTOS

- Redução em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) no tempo de resposta de atendimento da regulação médica e de acionamento das equipes de socorro.
- Avaliação do chamado por médicos regionais com maior conhecimento da realidade local.

SITUAÇÃO/PROBLEMA

- Definição dos municípios que poderão aderir à regulação remota, em razão da estrutura necessária;
- Necessidade de implantar uma rede lógica e infraestrutura de equipamentos;
- Chegar ao efetivo médico necessário.

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO

- Apresentar aos Municípios o Programa de Regulação Compartilhada Remota, visando a adesão
- Renovar Convênio mantido com UFRGS/FAURGS para execução do TELESSAUDE, mantendo valor atual e incluindo atividades de regulação remota

PROPOSTA DE AÇÃO

- Implantação do Programa de Regulação Compartilhada já aprovado na CIB;
- Apresentação de modelo de Termo de Adesão Facilitado aos Municípios;
- Renovação do Convênio Telessaúde com inserção de atividades de regulação remota

APLICATIVO URGÊNCIA SAMU

DESCRIÇÃO

Implantação de aplicativo para regular urgências, que propiciará localização automática e resposta mais ágil, que poderá ser utilizado por todos os cidadãos do RS, inclusive portadores de deficiência auditiva e pacientes com necessidades especiais

IMPACTOS

- Eliminação do tempo gasto em atendimentos de urgência com digitação de dados e localização do solicitante;
- Diminuição de trotes em função do cadastramento do número do celular;
- Atendimento de portadores de deficiência auditiva e pacientes com necessidades especiais.

SITUAÇÃO/PROBLEMA

- Desenvolvimento e testes do APP nas lojas digitais;
- Problemas que surgirão no atendimento de usuários portadores de deficiência auditiva e com necessidades especiais

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO

- Desenvolvimento do aplicativo, sem custos adicionais, por empresa contratada para gestão dos sistemas que regulam o SAMUR RS, embasado na expertise da equipe de servidores do Estado
- Capacitação de equipes para atendimento de usuários portadores de necessidades especiais.

PROPOSTA DE AÇÃO

- Lançamento do APP junto ao RS Digital;
- Utilização de tecnologia de ponta para inclusão de usuários atualmente desassistidos.

Definição aplicação dos recursos das Emendas Parlamentares

DESCRIÇÃO

Aplicação dos recursos financeiros oriundos das Emendas Parlamentares destinadas aos hospitais do Estado do Rio Grande do Sul e APAEs.

Valor: R\$ 127,8milhões

IMPACTOS

Os valores das emendas parlamentares visam a diminuição das filas de espera e demandas regionais reprimidas, aumentando a acessibilidade dos usuários ao Sistema Único de Saúde. Também serão aplicados em qualificação da gestão dos serviços.

SITUAÇÃO/PROBLEMA



Atender aos requisitos da Portaria GM/MS nº 395/2019 quanto à adequada execução dos recursos provenientes das Emendas Parlamentares Impositivas de incremento Temporário do MAC

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO



Constituição de uma Comissão Técnica composta por servidores de diversos Departamentos da SES para assegurar a análise qualificada das propostas, de acordo com as necessidades de atendimento.

PROPOSTA DE AÇÃO



Análise dos Planos Operativos e publicação dos respectivos Termos Aditivos para inserção dos recursos financeiros das Emendas Parlamentares

QUALIFICAÇÃO SIVISA

DESCRIÇÃO

Qualificar o Sistema de Informação da Vigilância Sanitária - SIVISA

IMPACTOS

- Desburocratizar os processos de emissão de alvará sanitário
- Facilitar o crescimento econômico

SITUAÇÃO/PROBLEMA

- Morosidade nos processos de emissão de alvarás sanitários;
- Falta de cadastramento atualizado dos serviços e produtos sujeitos a Vigilância Sanitária;
- Falta de informações atualizadas referentes aos serviços e produtos consumidos pela população;
- Custos na emissão de alvarás sanitários.

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO

- Atualizar e modernizar o Sistema de Vigilância Sanitária.

PROPOSTA DE AÇÃO

- Geo processar os serviços e produtos sujeitos a Vigilância Sanitária;
- Gerar informações atualizadas referentes aos serviços e produtos consumidos pela população;
- Emissão de alvarás por QR com redução de custos com correios.

RECEITA 2030

Rumo à Receita Digital

30 iniciativas para

a modernização da

administração

tributária do RS



GOV RS
NOVAS FAÇANHAS
NA FAZENDA



RECEITA ESTADUAL RS

Cenário



Brasil

- Cenário econômico nacional estagnado
- Contínuas revisões para baixo da previsão do PIB brasileiro
- Nova retração da economia no 2º tri (recessão técnica, segundo o Banco Central)



Rio Grande do Sul

- Maior crise fiscal da história do RS
- Sucessivos atrasos nos pagamentos dos servidores
- Perda de competitividade e baixo desenvolvimento econômico

Necessidade



Receita 2030

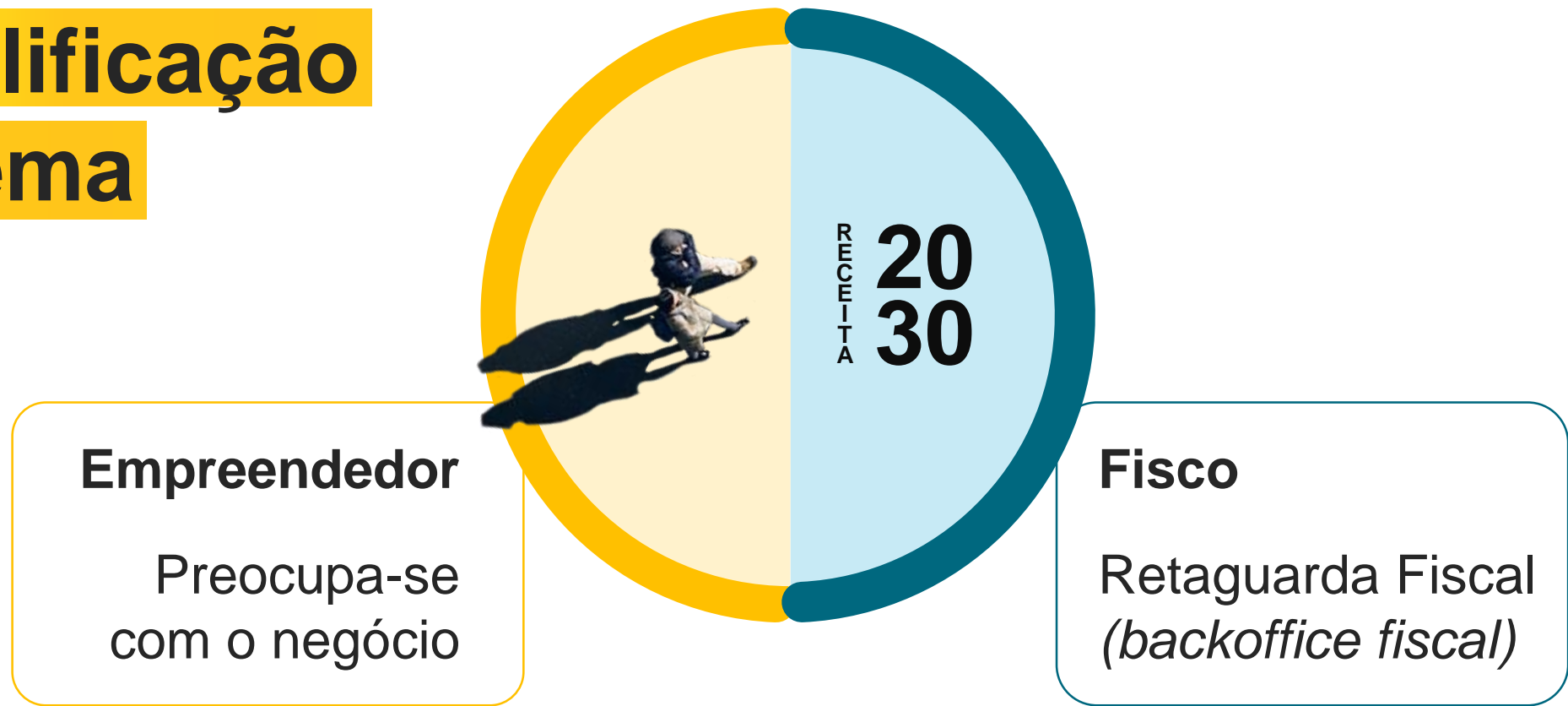
Consiste em **30 iniciativas** propostas para construção de uma **Receita Digital**, mais moderna, inovadora e eficiente.

- ✓ **Visão de futuro** - agenda propositiva para desenvolver a administração tributária.
- ✓ Baseado no **Decreto nº 54.477/19** - propostas para otimização e eficiência das receitas do poder Executivo, segmentado em seis grandes grupos (incisos).



Foco #1

Simplificação Extrema



Foco #2

Orientação ao cliente

Paradigma da Confiança

Eficiência na Gestão

Transparência

Transformação Digital

Administração tributária alinhada às **melhores práticas nacionais e internacionais**



Adaptação das suas características ao mundo moderno

TADAT
TAX ADMINISTRATION DIAGNOSTIC ASSESSMENT TOOL

CIAT
CENTRE INTER-AMÉRICAIN DES ADMINISTRATIONS FISCALES
FONDATION 1967

MD-GEFIS
MATURIDADE E DESEMPENHO DA GESTÃO FISCAL

MODELO PARA AVALIAÇÃO DA GESTÃO FISCAL DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL

Burocrática → **Ágil e Inovadora**

Complexa → **Simple e Eficiente**

Eletrônica → **Digital**

Especialização

Centralização



30 iniciativas

II - Diálogo e Relacionamento

Inova Receita
Diálogo Fisco-Contribuinte
Nos Conformes RS
Programa de Cidadania
e-Receita
Nova Política Relacionamento c/ Cidadão
Regulamento do ICMS
Reforma Tributária RS

IV - Racionalização Administrativa

Sala de Guerra
Receita Moderna
Central de Serviços
Receita Estadual 2030

I - Simplificação

Arrecadação Mais Simples
Obrigação Fiscal Única
Conformidade Cooperativa
Simples Nacional e MEI

III - Arrecadação e Fiscalização

Menos Multa, Mais Arrecadação
Centro Integrado de Controle Interestadual
Contencioso Just In Time
Reestruturação da Cobrança de Devedores
Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos
Programa de Integração Tributária
Combate às Fraudes Fiscais Estruturadas Era Digital
Fiscalização Especializada
Inteligência Artificial Fiscal
Receita Extrafiscal

V - Desenvolvimento Econômico

Assessoramento na Política Tributária
Desenvolve RS
Indicadores Econômicos da RE

VI - Benefícios Fiscais

Gestão das Desonerações Fiscais

Ênfase na **fiscalização orientativa** e na **construção pelo diálogo**

Destques - Orientação e Diálogo

Iniciativa

Inova

Receita

Seminários com participação de entidades e/ou contribuintes

Construção de uma gestão tributária cooperativa

Debater soluções e definir prioridades para inovar a administração tributária

Integração fisco-contribuinte (ouvir o “cliente”)

Melhoria do ambiente de negócios

Propostas de modernização, simplificação e inovação da gestão tributária

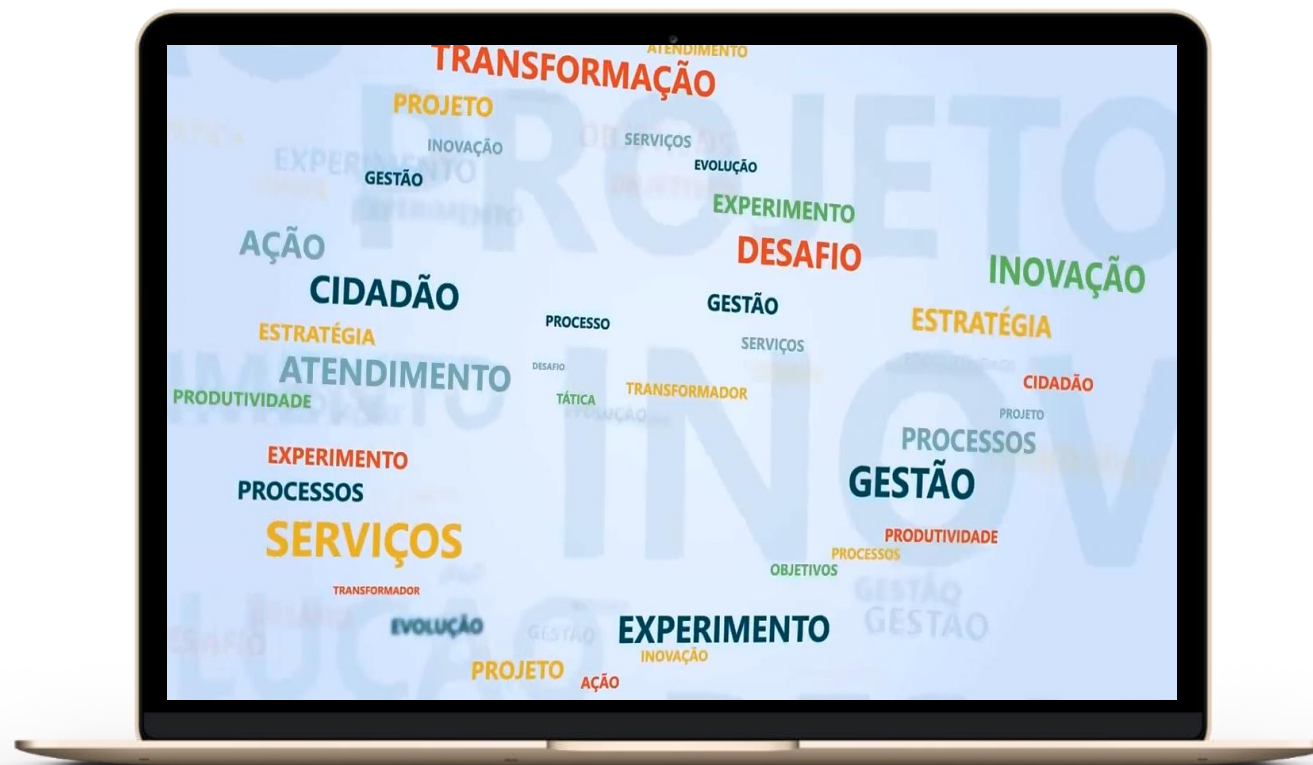
Destques - Orientação e Diálogo

1ª edição - Entidades Representativas

Iniciativa

Inova

Receita



Créditos Vídeo: Procergs



Destques - Orientação e Diálogo

2ª edição - Grandes Contribuintes

Iniciativa

**Inova
Receita**



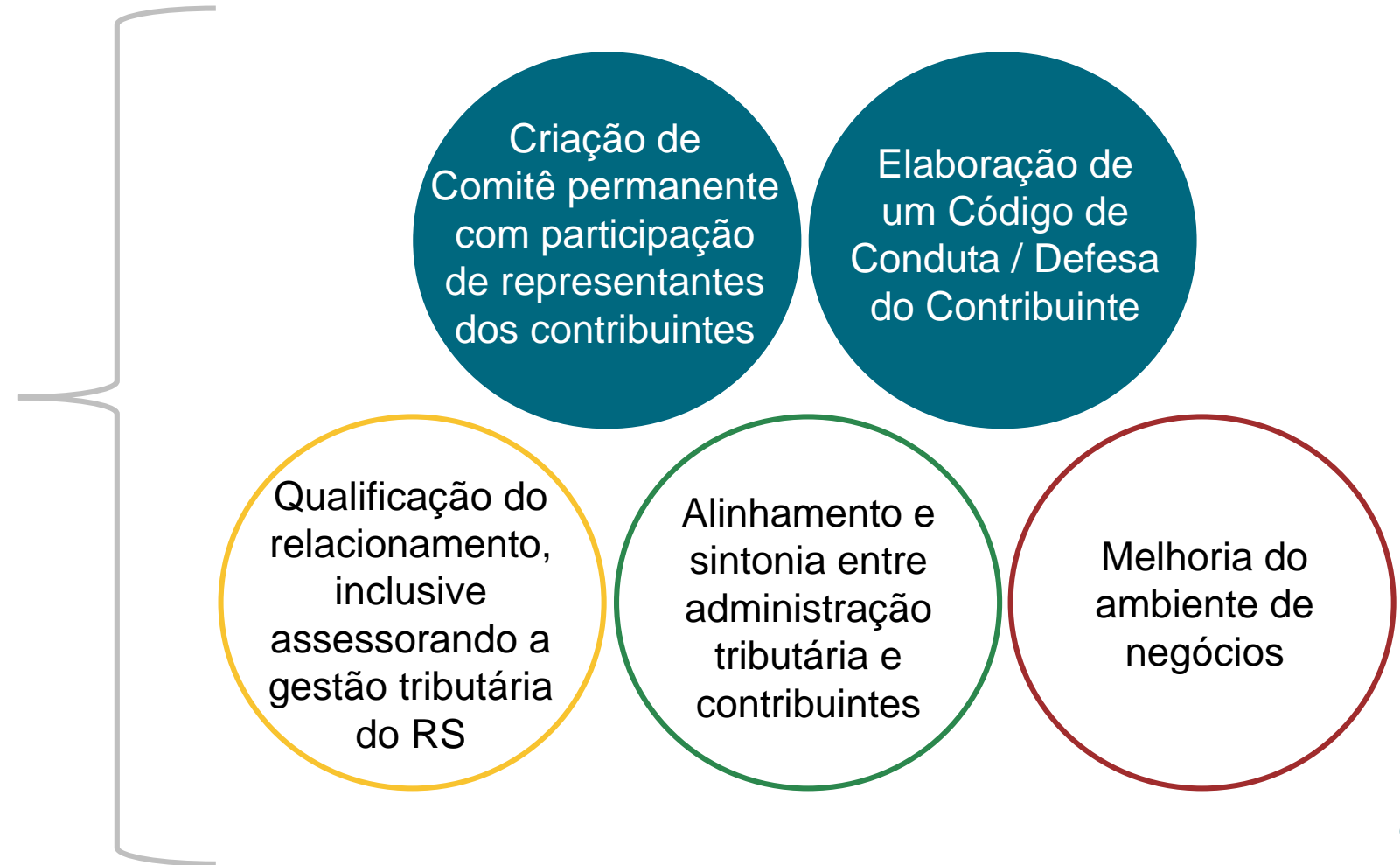
Destques - Orientação e Diálogo

Iniciativa

Diálogo

Fisco-

Contribuinte



Destques - Orientação e Diálogo

Iniciativa

Nova Política de Relacionamento com o Cidadão

Estabelecer
nova política de
relacionamento
com o contribuinte

Foco na
antecipação de
problemas, na
simplificação e no
autoatendimento

Criação de
Central de
Relacionamento
com o Cidadão

Padronização
nas orientações
e melhoria da
comunicação e do
relacionamento

Facilitação do
acesso à
informação, com
mais serviços
eletrônicos

Redução do custo
operacional da
Receita Estadual

Destques - Orientação e Diálogo

Iniciativa

Conformidade

Cooperativa

Sistema de Conformidade Fiscal da Receita Estadual

Definição de parâmetros de validação fiscal junto aos contribuintes

Contratualização via pactos setoriais com os segmentos econômicos

Validação em tempo real das informações

Aumento da segurança jurídica

Redução do risco fiscal

Destques - Orientação e Diálogo

Iniciativa

Nos

Conformes

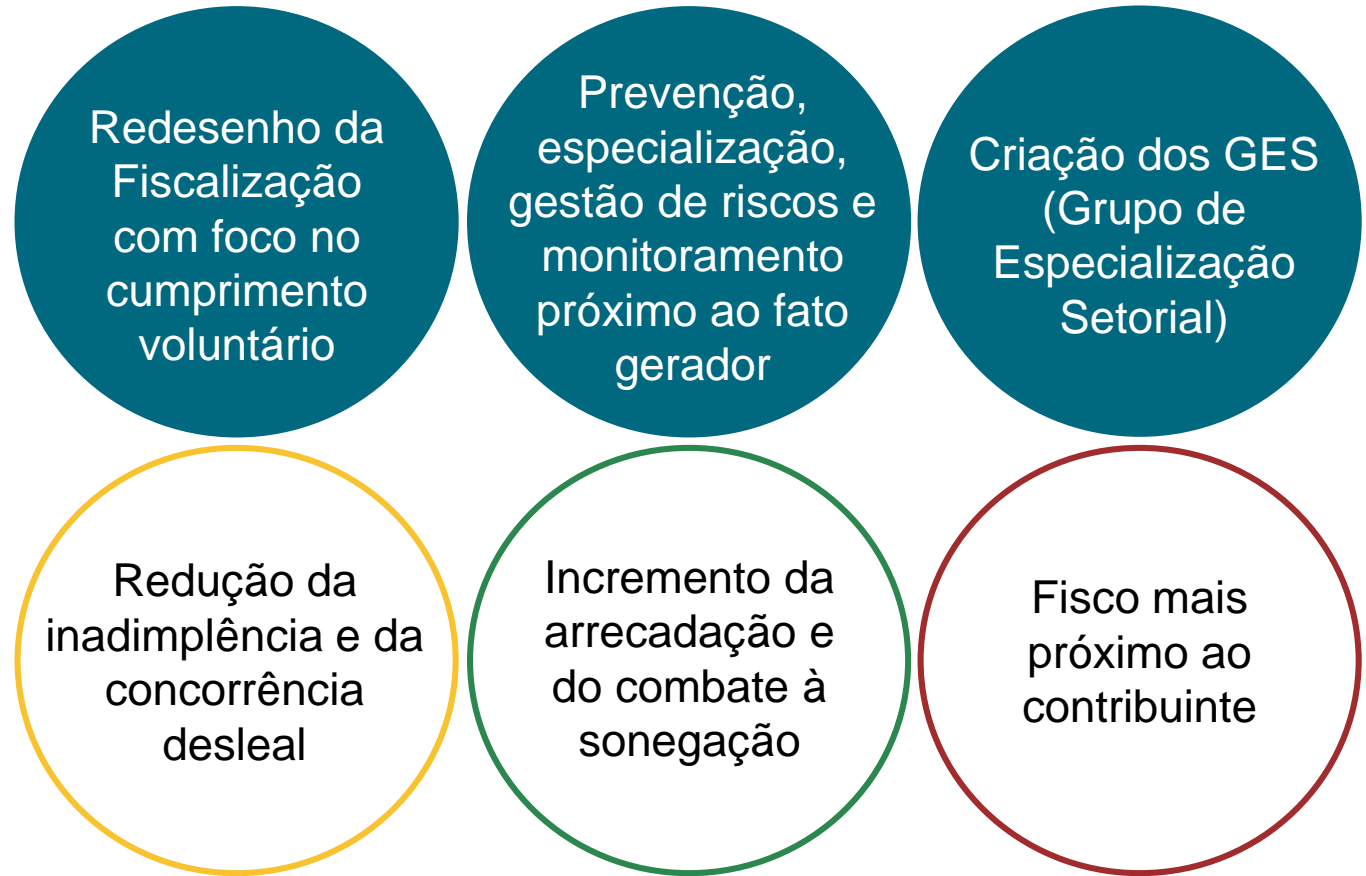
RS



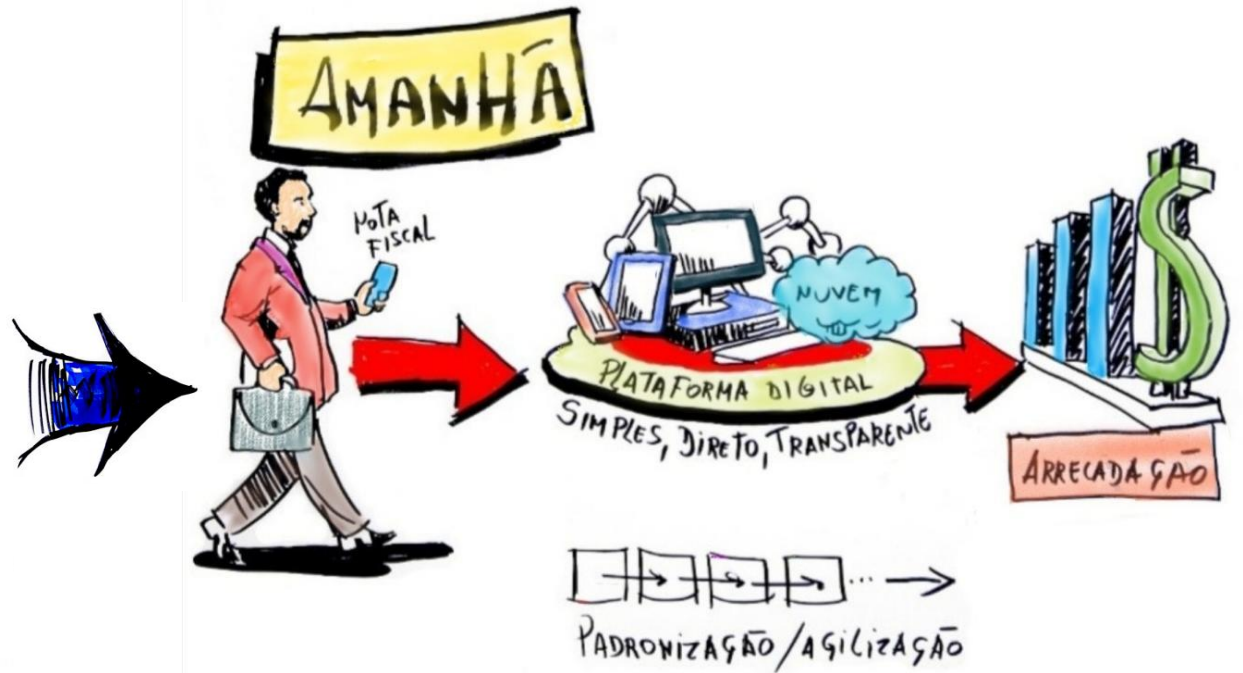
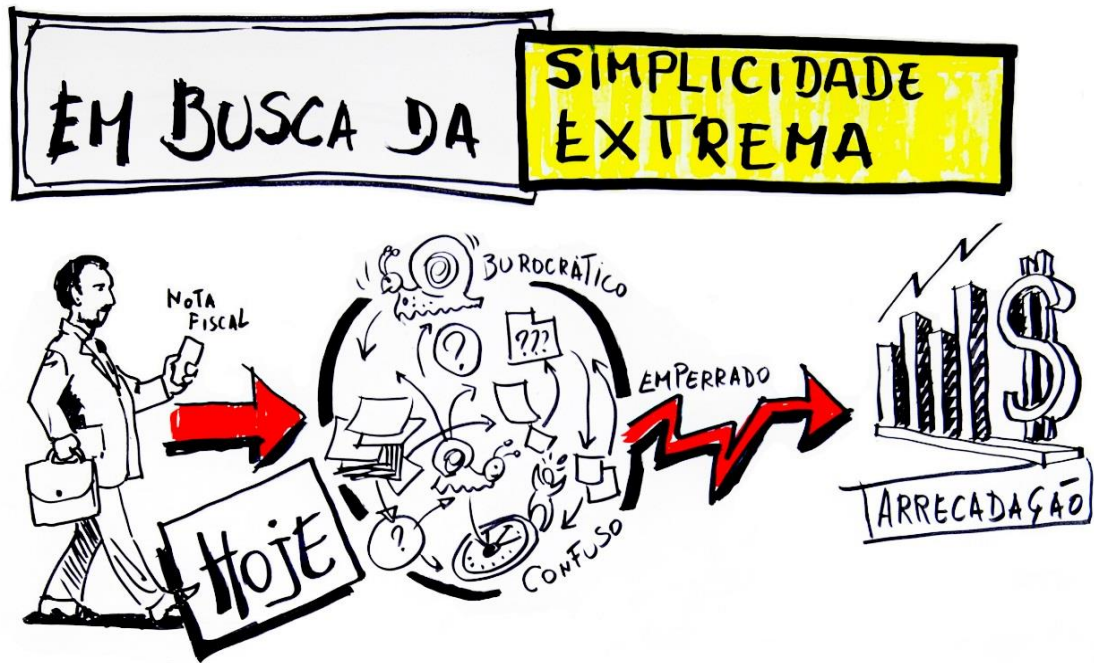
Destques - Orientação e Diálogo

Iniciativa

Fiscalização Especializada



Resultados Esperados



Resultados Esperados





A Receita Estadual está
aberta ao diálogo,
ao bom debate e à
**construção de soluções
criativas, inovadoras e
eficazes para o
Rio Grande do Sul.**



InovaReceita

Obrigado!

30 iniciativas para
a modernização da
administração
tributária do RS



GOV **RS**
NOVAS FAÇANHAS
NA FAZENDA

COMPENSAÇÃO DO ICMS MEDIANTE A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA

- STATUS -

MONITORAMENTO DE AÇÕES PARA VIABILIZAR O FIM DA MAJORAÇÃO DE ALÍQUOTA DE ICMS ATÉ O FINAL DE 2020

- STATUS -

FOMENTO DOS BANCOS PÚBLICOS

Eixo 3

TUDO FÁCIL DA INOVAÇÃO

DESCRIÇÃO

Badesul está solicitando a doação do 1º ao 8º andar do Ed. Negrinho do Pastoreio para poder ampliar sua capacidade de investimento em operações e poder executar obras estruturais e de modernização do prédio. O objetivo desse Projeto é criar um ambiente amigável e que disponibilize todo o suporte aos empreendedores.

IMPACTOS

- 1º Para conseguirmos atender a demanda de crédito aos municípios em mais R\$ 30 MM.
- 2º Permitir a Instalação de órgãos vinculados ao desenvolvimento no prédio do Tudo Fácil.
- 3º Criar um espaço de apoio as start ups.

SITUAÇÃO/PROBLEMA



- O Badesul não pode executar(pagar) pelas obras no prédio na parte que pertence ao Estado.
- A situação financeira do Estado não permite o investimento em obras e reformas do prédio.

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO



- O Estado teria que arcar com as despesas de modernização do prédio e com o processo de implantações.

PROPOSTA DE AÇÃO



- Autorização da doação dos andares remanescentes ao Badesul.
- Execução de obras de melhoria e modernização no prédio.
- Definição de órgãos do Estado que estarão no

FINANCIAMENTO À EMPRESAS DE INOVAÇÃO

DESCRIÇÃO

Concessão de apoio financeiro a empresas inovadoras, novas start ups e empresas de tecnologia. Através:

- Inovacred.
- Programa Badesul MPE.
- Crowdfunding.
- Fundos de investimentos(FIPs).

IMPACTOS

Fomentar o ambiente de inovação Gaúcho com o fomento de R\$ 200 Milhões ao setor de inovação.

SITUAÇÃO/PROBLEMA



- Falta de Instrumento financeiro e recursos adequado às Startups

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO



PROPOSTA DE AÇÃO



- Lançamento do Programa de Crowdfunding do Badesul

FINANCIAMENTO À EMPRESAS DE INOVAÇÃO

AÇÕES BANRISUL PARA O FINANCIAMENTO À EMPRESAS DE INOVAÇÃO

Concessão de apoio financeiro à empresas inovadoras, novas start ups e empresas de tecnologia através das linhas:

- Inovacred
- Linhas de Crédito Comerciais do Banrisul
- Fundos de Investimentos (FIPs)

PROGRAMA DE APOIO A FRONTEIRA

DESCRIÇÃO

Lançamento de Programa de Desenvolvimento da Região de Fronteira.

IMPACTOS

Aumentar as zonas francas de fronteiras e fomentar o desenvolvimento econômico da fronteira gaúcha.

SITUAÇÃO/PROBLEMA



- Falta de projetos de desenvolvimento na região de fronteira.

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO



PROPOSTA DE AÇÃO



- Criação de um programa de financiamento para projetos públicos e privados da região de fronteira.

FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO

Aquisição de Imóveis Residenciais no Sistema Financeiro da Habitação – SFH

Público alvo: Servidores da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, com renda familiar de até R\$ 5.000,00.

Condições:

- Financiamentos de até 80% do valor do imóvel ou compra e venda, o que for menor
- Comprometimento da renda bruta familiar: 30%
- Taxa de Juros nominal: 8,35% ao ano + TR
- Garantia de Alienação Fiduciária
- Prazo máximo de 420 meses (35 anos)
- Sistema de Amortização Constante - SAC

CRESCER/RS

JUNTOS, VAMOS MAIS RÁPIDO.

Claudio Gastal

Secretário de Governança e Gestão Estratégica

GOV
RS

NOVAS FAÇANHAS

NA GOVERNANÇA E
GESTÃO ESTRATÉGICA



/GovernancaRS



@SGGE_RS